



TENSÃO NAS AMÉRICAS

Ameaça ao México e aceno à Venezuela

Ao ser questionado se concordaria com um ataque aos cartéis mexicanos do narcotráfico, Donald Trump responde que sim. Republicano anuncia diálogo com Nicolás Maduro e não descarta envio de tropas

» RODRIGO CRAVEIRO

Em meio à crescente tensão com a Venezuela, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, agora ameaça o vizinho México. Ao ser interpe-lado por jornalistas na Casa Branca sobre se avalizaria uma operação militar antidrogas no país ao sul, ele respondeu: “Eu lançaria ataques no México para deter o tráfico de drogas? Por mim, tudo bem. O que for necessário para deter as drogas”. “Não disse que farei, mas estaria orgulhoso de fazer. Porque vamos salvar milhões de vidas ao fazer isso”, enfatizou.

Em relação à Venezuela, o republi-cano não descartou um diálogo direto com o homólogo Nicolás Maduro, mas fez questão de deixar em aberto a possibilidade de enviar tropas ao território venezuelano. “Em algum momento, vou falar com ele”, admitiu, ao acrescentar que Maduro “não tem sido bom para os Estados Unidos”. No entanto, quando foi confrontado por um repórter sobre se descartaria a mobilização de soldados americanos na Venezuela, avisou: “Não, não descarto, não descarto nada”. “Temos que nos ocupar da Venezuela. Enviaram centenas de milhares de pessoas de suas prisões para o nosso país”, disse.

Professor do Colegio de la Frontera Norte (em Tijuana) e especialista em segurança no México, Vicente Sánchez Munguía afirmou ao **Correio** que os cartéis mexicanos não têm o tráfico de drogas como atividade principal. “Eles atuam, sobretudo, no ramo da extorsão, ao cobrarem impostos em diferentes territórios. Não estou seguro de que um ataque direto a esses grupos, dispersos por todo o país, surta eficácia. Essas operações causaram mais violência”, comentou. Ele defende que a melhor opção para Trump é prosseguir a cooperação com o México no combate ao narcotráfico. “É claro que Washington precisa pressionar o governo mexicano para uma depuração no âmbito político, mas também em termos de uma troca de inteligência entre as duas nações.”

Munguía considera importante o foco nas finanças dessas organizações criminosas. “Desarticular a cadeia produtiva e de distribuição da droga, assim como a lavagem de dinheiro, principalmente no mercado dos Estados Unidos”, observou. “Por outro lado, o governo mexicano poderia adotar uma reação muito nacionalista e invocar a

AFP



Nicolás Maduro segura bandeira venezuelana durante cerimônia de juramento dos Comitês Bolivarianos, em Caracas, no sábado

Adam Gray/Getty Images/AFP



soberania, e isso tem um amplo consenso da sociedade. O antiamericanismo é uma parte muito forte da cultura no México.” O especialista entende que a animosidade torna um desafio a política de cooperação entre os vizinhos. Ainda segundo Munguía, Trump fala uma coisa hoje e amanhã diz o contrário. “É uma situação de incerteza. Penso que, até agora, as declarações de Trump insinuam uma pressão muito forte para o

governo do México atuar de maneira contundente para dismantelar o vínculo de proteção política com os grupos criminosos.”

Narrativa

O venezuelano Orlando Vieira-Blanco — cientista político, advogado e colunista do jornal *El Universal* (de Caracas) — considera que a ameaça de envio de tropas dos EUA é parte de

Mudança de rumo e apoio à abertura dos arquivos do caso Epstein

Sob pressão do movimento *Make America Great Again* (Maga) e do próprio Partido Republicano, o presidente Donald Trump mudou radicalmente de opinião e disse apoiar uma votação na Câmara dos Representantes para tornar públicos os arquivos relacionados a Jeffrey Epstein, acusado de tráfico sexual e pedofilia e falecido em 10 de agosto de 2019, supostamente após se matar na prisão. A Câmara deve examinar esta semana uma proposta de Lei que obrigaria o Departamento de Justiça a publicar todos os arquivos do processo contra o financista nova-iorquino. “Os republicanos da Câmara deveriam votar pela divulgação dos arquivos de Epstein, porque não temos nada a esconder”, escreveu Trump em sua plataforma Truth Social. Ontem, letreiros luminosos na Times Square, em Manhattan, exibiram e-mails nos quais Epstein teceu comentários sobre Trump. Em um deles, o pedófilo escreveu que “é claro que ele (Trump) sabia sobre as meninas” — uma alusão às garotas traficadas por Epstein para abuso sexual.

uma narrativa abertamente en-viada pela Casa Branca à Venezuela e ao mundo. “A simples presença de uma frota militar nas águas do Caribe é uma demonstração de interesse de uma possível ação bélica. Uma operação contra o tráfico precisaria ter um aparato muito mais policial do que uma invasão massiva à Venezuela”, disse ao **Correio**.

De acordo com Vieira-Blanco, a categorização do Cartel Los Soles

como uma organização narcoterrorista é parte de um processo legal para justificar uma incursão com objetivos militares, com possível captura de Maduro. “Uma ação militar pode ser um elemento de catalisação para oferecer uma última chance ao regime de Maduro de abandonar o poder e buscar a ruptura da posição dominante no país. Caso contrário, veremos uma crônica anunciada de invasão americana.”

BANGLADESH

Oli Scarff/AFP



Sheikh Hasina Wajed, em foto de 2014: crimes contra a humanidade em repressão

Ex-premiê é sentenciada à morte

À revelia, a ex-primeira-ministra de Bangladesh Sheikh Hasina, 78 anos, foi sentenciada à pena de morte por ter ordenado a violenta repressão durante os protestos que forçaram sua renúncia e fuga para a Índia, em 2024. Os distúrbios deixaram pelo menos 1,4 mil mortos. “Todos os elementos (...) constitutivos de um crime contra a humanidade estão reunidos”, afirmou o magistrado do tribunal de Dacca, Golam Mortuza Mozumder. “Decidimos impor uma única pena, a pena de morte”, acrescentou o juiz.

Depois da leitura do veredicto, o Ministério das Relações Exteriores de Bangladesh determinou a contraparte da Índia a imediata extradição da ex-premiê e de seu ministro do Interior, Asaduzzaman Khan Kamal, também sentenciado à pena capital. Por meio de um comunicado, Sheikh Hasina, que governou Bangladesh entre 2009 e 2024, denunciou uma sentença movida por “motivações políticas”. “As sentenças proferidas contra mim foram ditadas por um tribunal manipulado, estabelecido e presidido por um governo não eleito e sem mandato democrático”, reagiu.

Chefe do governo interino e laureado com o Prêmio Nobel da Paz, em 2006, o banqueiro Muhammad Yunus classificou o veredicto como “histórico”. Por sua vez, a Organização das Nações Unidas (ONU) admitiu que a decisão da Corte constituiu “um momento importante para as vítimas” da repressão, mas lamentou a imposição da pena de morte.

Ausência

Professora de assuntos internacionais da Universidade Global O.P Jindal (em Sonipat, Índia), Sreeradha Datta afirmou ao **Correio** que Sheikh Hasina não teve à disposição uma equipe de defesa. “O advogado fazia parte do governo interino. Nesse sentido, eu não diria que foi um julgamento justo, mas a Corte seguiu os procedimentos. Claramente, a ausência dela do tribunal fez uma diferença. Sheikh Hasina foi convocada a retornar a Dacca para ser julgada, mas não o fez”, explicou ao **Correio**, por telefone.

De acordo com Datta, as evidências mostram que Hasina enviou as forças de segurança para combater os manifestantes, em 2024. “Ela deu ordens ao ministro do Interior para que abrisse fogo e lançasse bombas de helicópteros”, explicou a estudiosa. “Houve muitos desaparecimentos forçados, pessoas foram detidas e não tiveram direito a um julgamento justo. Torturas brutais também foram documentadas.” Ainda segundo ela, se a ex-premiê retornar a Bangladesh poderá ser executada. “Mas é improvável que ela retorne ao seu país, por causa do veredicto.” (Rodrigo Craveiro)

FAIXA DE GAZA

Conselho de Segurança aprova força internacional

Com 13 votos a favor, nenhum veto e duas abstenções — Rússia e China —, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução dos Estados Unidos que reforça o plano de paz de Donald Trump para a Faixa de Gaza. O texto incluí o envio de uma força internacional para o enclave e um caminho para um futuro Estado palestino. Depois da votação, Washington chamou de “histórico e construtivo” o documento aprovado.

“Um voto contra a resolução é um voto para retornar a guerra”, disse o embaixador dos EUA na ONU, Michael Waltz. “(A aprovação) Representa outro passo importante rumo a uma Gaza estável, que será capaz de prosperar, e um ambiente que permitirá a Israel viver em segurança”, acrescentou o

diplomata. O movimento islâmico palestino Hamas alertou que a resolução “não respeita exigências e direitos dos palestinos”.

Um rascunho obtido pela emissora CNN sinaliza o estabelecimento de um “Comitê de Paz”, uma autoridade transitória comandada pelo próprio Trump, bem como a criação de uma Força Internacional de Estabilização temporária em Gaza. A resolução contém menção ao Estado Palestino. “Após a execução fiel do programa de reformas da Autoridade Palestina e o avanço da reconstrução de Gaza, as condições poderão finalmente estar reunidas para um caminho credível rumo à autodeterminação e à criação de um Estado palestino”, afirma o documento. “Os EUA estabelecerão um diálogo entre Israel

e os palestinos para concordarem sobre um horizonte político para a coexistência pacífica e próspera.”

Ao **Correio**, Ibrahim Alzeben, embaixador da Palestina no Brasil, afirmou que a decisão do Conselho de Segurança “representa um passo imediato para deter os massacres e permitir o início da entrada de ajuda humanitária”. “No entanto, se essa decisão não levar ao fim do conflito e ao estabelecimento do Estado da Palestina, conforme as resoluções internacionais relevantes, o sofrimento do povo palestino continuará”, advertiu.

Para o embaixador, as abstenções evidenciam a falta de confiança em Israel. “O essencial não é administrar a crise, mas encerrá-la, impedindo que Israel expanda o controle

Angela Weiss/AFP



Embaixadores debatem a resolução, no QG da ONU, em Nova York

sobre o território palestino e aprofunde um projeto baseado na limpeza étnica”, defendeu. “O mundo está cansado. A palavra

final deve ser o fim do conflito e a realização plena dos direitos do povo palestino”, concluiu Alzeben. (Rodrigo Craveiro)